

## A DISTINÇÃO ENTRE SABER-COMO E SABER-QUE DE GILBERT RYLE E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NO CAMPO DA ÉTICA

Beatrís da Silva Seus\*

**Resumo:** No presente artigo, faremos uma breve discussão sobre a crítica elaborada por Ryle à epistemologia moral, em específico à teoria intelectualista. A partir desta crítica e de suas elaborações acerca da relação entre a consideração de proposições *versus* a ação em si, tentaremos pensar este modelo inserido no campo da Filosofia Moral.

**Palavras-Chave:** Epistemologia; Filosofia Moral; Intelectualismo; Saber Que; Saber Como.

### THE DISTINCTION BETWEEN KNOWING HOW AND KNOWING THAT OF GILBERT RYLE AND HIS POSSIBLE APPLICATIONS IN THE FIELD OF ETHICS.

**Abstract:** In the present article, we will make a brief approach to the critique elaborated by Ryle to the moral epistemology, specific to the intellectualist theory. From this criticism and its elaborations about the relation between the considerations of propositions versus the action itself, we will try to think this model inserted in the field of Moral Philosophy.

**Keywords:** Epistemology; Moral Philosophy; Intellectualism; Knowing What; Knowing How.

Em teorias gerais, a epistemologia moral pressupõe que exista uma verdade moral a ser conhecida, indo diretamente ao caminho da epistemologia não-moral geral,

---

\* Graduada em Filosofia - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente cursa Mestrado em Filosofia na mesma universidade, no qual é bolsista CAPES. E-mail: beatri seus@gmail.com.

a saber, que o conhecimento é nada mais do que crença verdadeira justificada, definição esta que acompanhou os filósofos desde o período antigo, tendo Platão como seu precursor.

A partir da declaração de que o conhecimento é “crença verdadeira justificada”, surgem algumas questões, como, por exemplo: “o que pode ser uma crença?” ou “como justificar uma crença?”. Em suma, parece consensual assumir que uma crença falsa nada mais seja do que um delírio ou problemas de raciocínio, podemos chamá-la de “delírio persecutório”.

Falar dessas percepções de mundo (crenças) pode, contemporaneamente, envolver estudos da neurociência ou da ciência cognitiva. É importante ressaltar que as problematizações envolvendo a antiga teoria do que seria o conhecimento, sofre diversas críticas a partir dos escritos de Gettier, e assim surge a necessidade de pensarmos mais a fundo sobre o conhecimento da moralidade. De acordo com diversos dicionários, a epistemologia geral define-se por refletir acerca da natureza e dos limites do conhecimento humano. A saber, define-se principalmente por elaborar métodos e teorias práticas gerais que consigam avaliar atividades cognitivas trazendo à baila considerações científicas. Como se esse propósito já não fosse difícil o suficiente, surge a necessidade de pensarmos na epistemologia moral, que insere-se na epistemologia geral investigando os atos humanos sociais de forma a definir se existe ou não verdade ou falsidade moral.

Diversos comentadores ao longo dos anos, e principalmente da filosofia atual, perguntaram-se acerca desta linha da filosofia. Temos como exemplo Aaron Zimerman, no texto denominado *Moral Epistemology*, que problematiza a questão do desacordo moral instaurado não só em culturas diferentes, mas também em um mesmo seio social. Para ele, por exemplo, poder-se-ia pensar se tal desacordo moral observável empiricamente recairia em um ceticismo frente à epistemologia moral. E o autor responderia que poderíamos escapar deste ceticismo com o que ele chama de “emoção artificial”, desenvolvida de acordo com cada cultura. Tal emoção pressupõe também critérios racionais, na medida em que não podemos chegar a um critério moral puro e simplesmente em consequência a uma aversão ou nojo moral pessoal. Nesse sentido, parece que podemos dizer que é possível falarmos em epistemologia moral sem

necessariamente chegarmos a um consenso do que seja conhecimento ou justificação, mas sem largar diversos níveis de investigações epistêmicas.

Uma das principais discussões aqui diz respeito ao ceticismo moral *versus* o contextualismo moral. Ambos concordam que questões de cunho pessoal não podem atribuir veracidade a fatos e valores morais, mas especificamente o contextualismo moral defende que não se constitui em desacordo quando duas pessoas defendem pontos de vista diferentes fundamentados do ponto de vista de suas respectivas sociedades. Não seguiremos aqui com a discussão especificamente do Zimmerman ou com demais definições de epistemologia moral e suas diversas teorias. Esperamos que esta pequena explanação do problema nos facilite na hora de discutirmos com Gilbert Ryle a respeito de sua definição e crítica à epistemologia, e também tentaremos aproveitar a definição que Zimmerman nos traz do que seria um contextualismo moral, parecendo poder sustentar um pluralismo, que será nosso objetivo ao fim deste artigo.

## **1. A distinção entre *saber que* e *saber como* de Ryle**

No artigo denominado *Knowing How and Knowing That*, Ryle tenta explicar como o pensamento humano afeta o curso da prática. Para tal, o autor afirma que algumas faculdades são postuladas, sendo as mesmas incapazes de considerar proposições regulativas, apesar de executá-las. Ryle procura mostrar aos leitores que a inteligência é exercitada de forma direta tanto em performances práticas, quanto em performances teóricas, e que performances inteligentes não precisam necessariamente contemplar proposições regulativas em um sentido consciente. Se assim o fosse, aponta o autor, haveria um espaço vazio entre inteligência e prática, ou, em outras palavras, em teoria e prática. Sendo assim, teríamos de postular uma faculdade que fosse capaz de fazer essa conexão entre ambos os atos humanos (internos e externos), onde a teoria exerceria uma influência muito maior na prática. Acerca da epistemologia, Ryle parece concordar com a gama de autores que a criticam. Em seu artigo, ele demonstra que a doutrina de conhecimento prevalecente nos leva a um regresso vicioso, lembrando que a inteligência exibida em qualquer ato, seja ele teórico ou prático, leva o crédito de qualquer ato inteligente posteriormente executado considerando proposições

regulativas. Isto porque o senso comum geralmente atribui o valor de “conhecimento” ou “ação racional” ao que é desempenhado de acordo com regras específicas. E se assim o for, nenhum ato inteligente, teórico ou prático, poderia começar, em sua opinião. Ou seja, retomamos a questão da lacuna: se uma ação – para ser inteligente – precisa ser guiada pela consideração de uma proposição regulativa, há uma lacuna entre essa consideração e sua aplicação prática. E tal processo intermediário, supostamente pensado, teria de conciliar teorias, ações, impulsos e proposições regulatórias, o que é chamado pelo filósofo de “corretor esquizofrênico”.

For, unlike theory, it must be able to influence action, and, unlike impulses, it must be amenable to regulative propositions. Consistency requires, therefore, that this schizophrenic broker must again be subdivided into one bit which executes but does not contemplate and a third which reconciles these irreconcilables. (RYLE, 1945, p. 3)

O autor insere-se em uma crítica abrangente ao (assim como Kant) apontar os problemas de teorias puramente racionalistas ou puramente empiristas. De acordo com ele, alguns filósofos postulam uma classe especial de atos que executariam a tarefa do dito “corretor esquizofrênico”: a vontade; ou impulsos especiais que poderiam motivar as ações e reconcilia-las com proposições regulativas. Porém, tal processo intermediário é defendido pelo autor como um exercício da inteligência, e não um processo de considerações de proposições. Assim, denomina de “erro de tipo” a doutrina prevalecente que equipara os exercícios da inteligência com atos teorizados. Gilbert Ryle demonstra sua forte crítica à epistemologia geral afirmando que advérbios expressando conceitos de inteligência até agora foram construídos em um tipo de categoria lógica errada, chamados de “pensamento” ou “teoria”. Mas, na verdade, fazer algo de forma inteligente (internamente ou externamente) não é fazer duas coisas, uma na “nossa cabeça” e outra talvez no mundo exterior; mas é fazer uma coisa de uma certa maneira.

Frases como “habilidade técnica”, “conduta escrupulosa” e até mesmo “razão prática” denotam capacidades de executar não operações duplas, mas operações únicas acompanhadas de procedimentos especiais. Este é o motivo, apontado por Ryle, pelo qual a linguagem ordinária não nos provê de verbos específicos que correspondam à nossa específica atividade inteligível.

Os filósofos, em geral, não foram bem sucedidos em estabelecer uma distinção entre saber que algo é o caso, e saber como fazer coisas (knowing that x knowing how). Em suas teorias do conhecimento, eles concentram suas pesquisas no descobrimento de verdades ou fatos, e eles ou ignoram a descoberta de modos e métodos de fazer coisas, ou eles tentam reduzir tal descoberta à fatos.

Eles assumem que a inteligência equivale e resume-se à contemplação de proposições. Assim, Ryle afirma que pretende provar que “saber como” não pode ser definido pelos termos de “saber que”, e assim por diante, e que “saber como” é um conceito logicamente anterior ao conceito “saber que”. De acordo com o autor estudado, muitos estratos do saber são postulados, e pode ocorrer de um tolo ter muito conhecimento sem saber como realizar uma ação, como também pode acontecer de uma pessoa sensata e esperta saber como realizar algo sem ter sido introduzido a estes fatos postulados; e ainda existe o mesmo abismo entre ter conhecimento postulado destes fatos e saber como usá-los ou aplicá-los; entre reconhecer princípios do pensamento e aplicá-los inteligentemente em uma ação. Por exemplo: podemos conhecer alguém que tenha conhecimento das máximas e princípios necessários para andar de bicicleta, sem que necessariamente esta pessoa consiga de fato andar de bicicleta. Por outro lado, temos o exemplo contrário de quem consegue – sem conhecimento algum de máximas – pegar uma bicicleta e sair pedalando sem problema algum. Sendo assim, a inteligência humana é exibida pelas façanhas de um sujeito qualquer, e não pela sua capacidade de predicar: de outra forma, cairíamos no erro de acreditar que a inteligência opera apenas pela manipulação de proposições, ou que apenas o raciocínio é racional.

There is a point to be expounded here. I have been arguing in effect that ratiocination is not the general condition of rational behavior, but only one species of it. Yet the traditional associations of the word "rational" are such that it is commonly assumed that behavior can only be rational if the overt actions taken are escorted by internal operations of considering and acknowledging the reasons for taking them, i.e., if we preach to ourselves before we practice. "How else" (it would be urged) "could principles, rules, reasons, criteria, etc., govern performances, unless the agent thought of them while or before acting?". People equate rational behaviour with premeditated or reasoned behaviour, i.e., behaviour in which the agent internally persuades himself by arguments to do what he does (RYLE, 1945, p.

9).

Conforme foi dito anteriormente, no texto trabalhado há a defesa de que o conhecimento proposicional de regras, princípios ou razões não são superiores ou necessários para a aplicação inteligente deles, mas sim um passo desta aplicação. O contrário só poderia ser defendido por uma má compreensão da palavra “racional”. Assim, podemos concluir que o raciocínio argumentado até aqui pelo autor possui a característica de não ser uma condição para o comportamento racional, mas apenas uma espécie do mesmo.

De forma a defender que o *saber como* é uma disposição e não uma habilidade, e que o *saber como* não pode ser diminuído ao *saber que* nem vice versa, Ryle faz uso de dois argumentos importantes. Primeiramente, ele afirma que um indivíduo pode aceitar vários conjuntos de verdades hipotéticas e ainda não conduzir apropriadamente certa ação. E em segundo lugar, o filósofo afirma que as proposições hipotéticas gerais sugeridas são generalizações indutivas. Assim, saber como fazer induções não é consequência de uma indução de ordem superior. Retomando fortemente sua crítica ao intelectualismo, o autor nos cita o exemplo de um fumante. Este sujeito, apesar de ter conhecimento da máxima de que fumar faz mal, age diferentemente. Ou seja, a aplicação inteligente da prática de princípios, razões e afins não está relacionada à consideração de princípios teóricos. Defende aqui, portanto, que reconhecer as máximas de uma prática pressupõe saber como as performar.

Em geral, Ryle demonstra que podemos, ao pensar em certas práticas (como pescar e cozinhar), extrair princípios de suas aplicações de pessoas que sabem executar bem tais práticas. Porém, ao tentarmos expressar tais princípios em ações, percebemos que eles não podem ser colocados facilmente no modo indicativo. Eles automaticamente caem no modo imperativo. Ryle aponta que tal fato descreve o constrangimento para teorias intelectualistas ao perceberem quais tipos de verdades ou fatos são reconhecidas pelo sujeitos quando estes reconhecem regras ou máximas. O filósofo diz que não podemos considerar o imperativo como uma verdade ou uma falsidade e, assim, a lei moral recusa-se a comportar-se como um fato. Por isso, chamamos máximas morais regulatórias de válidas ou inválidas, e não de verdadeiras ou falsas. Tal vocabulário trai a redução do *saber como* ao *saber que*.

What logicians have long half-realised about the venue and functions of their rule-formula has yet to be learned by moral philosophers about their imperatives and ought-statements. When they have learned this they will cease to ask such questions as whether conscience is an intuitive or discursive faculty. For knowing how to behave is not a sort of knowing-that, so it is neither an intuitive nor a discursive sort of knowing-that... The question itself is as nonsensical as would be the corresponding question about the sense of humour or the ability to infer. Other bogus ethico-epistemological questions also vanish, like the question whether imperatives or ought-statements are synthetic or analytic, a priori or a posteriori truths. (RYLE, 1945, p. 12).

Pode parecer que Ryle não se preocupa necessariamente em elaborar um escrito voltado à epistemologia moral e ao campo da ética, porém, o autor rejeita a consideração de que existam verdades morais a serem conhecidas e reconhecidas pelos sujeitos como pretenderia a epistemologia moral. O filósofo diz que não podemos considerar o imperativo como uma verdade ou uma falsidade e, assim, a lei moral recusa-se a comportar-se como um fato. Por isso, chamamos máximas morais regulatórias de válidas ou inválidas, e não de verdadeiras ou falsas.

Tal vocabulário trai a redução do *saber como* ao *saber que*. Ryle pergunta-se: qual o uso de tal fórmula se o seu reconhecimento não é condição para saber como agir, mas uma derivação da teorização sobre as bases de tal conhecimento? Para ele, a resposta é simples: as fórmulas são úteis pedagogicamente enquanto lições para aqueles que estão aprendendo a agir, como em manuais para novatos. Tais fórmulas são imperativos porque são disciplinares, e pertencem ao âmbito metodológico para crianças, por exemplo, e não aos métodos de práticas inteligentes. Neste sentido, Ryle afirma que aquilo que os lógicos tem percebido sobre o local e as funções de suas formulações e regras ainda não teriam sido apreendidos por filósofos morais acerca de seus imperativos e declarações. Neste ponto, saber como se comportar não é uma espécie de *saber que*, então não é nem um tipo de intuição discursiva. Assim, outras questões ético-epistemológicas desaparecem, como as de questionar se imperativos ou declarações do dever são verdades sintéticas ou analíticas, *a priori* ou *a posteriori*.

Há também uma confusão ética apontada pelo autor, a de que filósofos morais dizem que a consciência impõe ao ser racional certos imperativos e ditames. Porém, demonstrando ser mais empirista do que dogmático, o filósofo defende que Saber como

comportar-se corretamente é demonstrado pelo bom comportamento. E mesmo que conscientemente o sujeito possa formular máximas acerca do bom comportamento, é fato que um sujeito pode saber como comportar-se sem saber necessariamente dar um bom conselho sobre como se comporta bem (elaborando assim uma máxima referente ao bom comportamento). Ou seja, Ryle irá defender que máximas morais servem apenas em um estado de aprendizagem: regras lógicas, máximas táticas e cânones técnicos são úteis apenas para aqueles homens "meio treinados". Quando uma pessoa sabe como executar ações de uma determinada forma, nós a chamamos de "perspicaz", "engenhosa", "experiente", "invertido" e assim por diante. Ao fazer esta descrição do sujeito, estamos descrevendo parte de seu caráter!

De forma correspondente, Ryle afirma que ao descrevermos alguma ação particular como inteligente ou sábia, estamos imputando ao agente a disposição apropriada para atingir a excelência. Ou seja, para alguém ser considerado agudo e consistente em seu raciocínio, é necessário aplicar regras de inferência às proposições consideradas por si.

I have, I hope, proved that knowing-how is not reducible to any sandwich of knowings-that, and that our intelligence-predicates are definable in terms of knowing-how. I now want to prove that knowing-that presupposes knowing-how. (1) To know a truth, I must have discovered or established it. But discovering and establishing are intelligent operations, requiring rules of method, checks, tests, criteria, etc. (...) (2) But when I have found out something, even then irrespective of the intelligence exercised in finding it out, I can't be said to have knowledge of the facts unless I can intelligently exploit it. (RYLE, 1945, p. 16).

Ryle acredita ter provado que o saber-como não é redutível ao saber-que, e que nossos predicados de inteligência são definidos em termos de saber-como. Porém, tentará provar também de que forma o saber-que pressupõe o saber-como. Em primeiro lugar, para conhecer uma verdade, preciso ter descoberto ou estabelecido ela mesma. E descobrir e estabelecer são operações inteligentes que requerem regras, métodos, testes, critérios e afins. Ryle argumenta que um homem qualquer só tem conhecimento (exercício inteligente) de algo, se consegue inteligentemente explorar este fato. Como exemplo, posso dizer que Oxford é distante de Henley, mas para ter conhecimento

inteligente desse fato, preciso saber qual a distância entre ambos pontos A e B. De outra forma, diriam que eu esqueci ou que meu conhecimento não é o suficiente. Deste modo, possuir de forma efetiva um pedaço do saber-que envolve saber-como usar tal conhecimento quando requerido para solucionar tanto problemas teóricos quanto problemas práticos. Neste sentido, mesmo que uma pessoa tola seja estocada de informações, isso não implica que ela saiba como responder questões particulares. Conclui-se, portanto, que o senso comum erra ao igualar educação com o saber-que.

## **2. Conciliação entre a crítica de Ryle e uma Teoria Ética Aplicável**

Tendo resumido de forma sucinta os principais apontamentos e argumentações de Ryle, tentaremos agora descobrir uma forma de inserir essa crítica devastadora à epistemologia moral em uma ética aplicável. Tendo em vista que o saber-que diz respeito a máximas, fatos, leis e regras; e que o saber como é uma disposição de aplicar inteligentemente esses elementos do saber que, precisamos encontrar uma forma de pensar se é possível que as pessoas já nasçam com valores humanos e morais inerentes, de forma a utilizar como pretende o autor as máximas morais apenas em um nível educacional; ao mesmo tempo que observamos na sociedade indivíduos com dificuldade em adequar-se a suas regras, necessitando assim de um maior suporte exterior ao agir.

Não parecem restar dúvidas que o saber-como realmente não pode ser resumido ao saber-que, tendo em vista (conforme explicamos anteriormente) que seja possível a existência de pessoas que consigam jogar xadrez, cozinhar bem ou agir moralmente sem nunca terem ouvido falar de máximas ou regras para se executar bem tais ações. Porém, é inegável que alguns sujeitos não nascem com estes ditos dons inerentes e, assim, Ryle estaria correto ao afirmar que o saber-que, em sua aplicação inteligente, deva ser estabelecido como uma forma educacional ao sujeito ainda não moralmente formado.

Tal relação entre o reconhecimento de máximas e sua aplicação iria diretamente em direção à crítica de vários modelos morais, como o kantiano, por exemplo. Trazemos esse modelo, pois, de acordo com Kant, em uma leitura ortodoxa, o sujeito racional teria, ao executar uma ação, de universalizar sua máxima a ponto de verificar

sua validade ou não. Porém, Ryle, apesar dessa forte crítica intelectualista, dogmática e universalista, parece também não defender um tipo de externalismo moral, ou em outras palavras, um naturalismo. Ele pressupõe que a relação entre saber-que e saber-como é feita de forma consciente durante o processo de educação dos indivíduos, onde elementos correspondentes a verdades morais ou de uma determinada ação devem ser reconhecidos antes de serem aplicados inteligentemente.

Assim, em um contexto de filosofia ética, como poderíamos encaixar essa teoria ryleana? Precisaríamos, para responder a isso, aproximar este tratado de epistemologia e crítica à epistemologia moral a um modelo ético que vise um pluralismo moral, aceitando determinadas verdades como básicas e fundamentais ao agir humano, mas também propondo outras que são construídas de acordo com o contexto social.

Neste sentido, haveria aqueles sujeitos que reconheceriam verdades morais básicas, como a de que matar é errado, de forma inata, aplicando tal máxima inteligentemente em seus discursos, sem necessariamente precisar de antemão serem ensinados sobre tal, ao mesmo tempo em que haveria outros sujeitos que precisariam do elemento saber-que para que sejam apresentados a esta dita verdade universal ética para que, a seguir, possam assimilá-la<sup>56</sup>, trazendo-a para o âmbito do saber-como.

Acreditamos que apesar de Ryle apontar que a epistemologia moral geraria uma confusão ao denominar máximas morais regulatórias de verdadeiras ou falsas, ele parece reconhecer que nos é possível reconhecê-las como válidas ou inválidas, tendo em vista nossos propósitos racionais de convívio social. Desta forma, podemos sim defender aqui uma filosofia ética que fique no meio termo entre o dogmático e o empírico, demonstrando que os seres humanos, em geral, possuem direitos e deveres básicos universais, ao mesmo tempo em que possuem o direito de elaborar outras leis menos abrangentes, que variem de acordo com suas culturas e sociedades.

Para tal, trazemos para a discussão, e defendemos com toda convicção, que as teses controversas de Kosgaard e Chagas acerca de uma nova interpretação da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* consiga, com a perspectiva do construtivismo moral, defender este meio termo tão almejado ao longo da tradição

---

<sup>56</sup> Lembrando que para Ryle saber uma regra de cor não significa que se seja capaz de aplicá-la inteligentemente na prática.

filosófica. Nesta visão inovadora, Kant teria proposto que o imperativo moral seria um modelo formal de exclusão de máximas, possibilitando que uma mesma pergunta moral pudesse gerar intelectualmente várias respostas válidas para uma mesma situação.

Todavia, é justamente porque o imperativo categórico consiste em um princípio formal e, portanto, vazio quanto ao conteúdo, é que tal critério torna possível o pluralismo moral. Com efeito, se agora o cético perguntar, afinal, o que significa agir de acordo com o princípio moral, a resposta de Kant consiste em afirmar que se deve adotar um tipo de procedimento, a saber, a universalidade das máximas da vontade. Assim, não estão dadas ou pré-determinadas quais máximas são aptas ou boas candidatas à universalização, pois é a partir da capacidade crítica e autolegislante que o sujeito deve poder reconhecer o que ele deve fazer ou quais máximas são dignas de ter um conteúdo moral. (CHAGAS, 2016, p. 16).

Neste sentido, o homem provido da disposição (saber-como) de aplicar inteligentemente regras ou máximas válidas (saber-que), pode, de acordo com sua percepção da realidade, gerar conhecimento moral, não em um sentido de verdade absoluta internalista, mas no sentido de que elencaria seu contexto juntamente com sua capacidade de formular proposições morais racionalmente.

And Kant of course thought that in a similar way, moral principles could be shown to be principles of practical reasoning which are based on the nature of the will and yield conclusions about what we ought to do, but is not because the actions are intrinsically normative. They inherit their normativity from principles which spring from the nature of the will – the principles of practical reasoning. (KOSGAARD, 2010, p. 36).

Outro ponto em que podemos aproximar as teorias das comentadoras neokantianas citadas e a perspectiva apresentada de Ryle é na construção do indivíduo humano. De acordo com Kant, o homem seria dotado da condição de possibilidade de agir racionalmente. Nesta perspectiva, ele não seria nem um anjo, nem um demônio, mas um ser que ao mesmo tempo em que estaria inserido em um contexto empírico inflado de paixões e animalidades, também teria acesso ao contexto da racionalidade onde poderia conceber, fazendo uso de sua Vontade, princípios do agir que respeitem os outros indivíduos humanos e suas liberdades. Parece evidente que, muitas vezes, tais princípios podem parecer óbvios ao sujeito racional (como o saber-como também o é

para muitas pessoas), da mesma forma que para outros indivíduos e necessário um esforço de literalmente formular máximas que possam ser postuladas para que se chegue a uma mesma resposta racional (saber-que em relação ao saber-como). Ou seja, ambas as teorias estabelecem que o reconhecimento de máximas morais – ou do saber-que – é um método educador. Em contrapartida, também estabelecem que os homens, em geral, possuiriam uma disposição inteligente de aplicar tal saber-que sem necessariamente postular proposições morais, e mesmo assim agir de forma inteligente.

### **Considerações finais:**

Acreditamos que podemos encaixar o tratado de epistemologia de Ryle (especificamente de crítica à epistemologia moral) a uma teoria contemporânea da ética aplicada. Isto porque dialogamos, como quereria Ryle, com uma teoria que não perdesse a racionalidade ao puro naturalismo, e nem perdesse a tangibilidade ao internalismo. Tanto a obra que distingue o saber-que do saber-como, quanto a teoria neokantiana apresentada, parecem reconhecer que os indivíduos inseridos em nosso cotidiano possuem diferenças; que nem sempre o saber que é reconhecido naturalmente, e que nem toda aplicação inteligente, precisam previamente de uma elaboração internalizada de construção de proposições, e que o agir inato prático também possui sua carga de inteligência.

Da mesma forma que cada indivíduo dispõe de sua inteligência de forma diferente, parece claro que em relação à epistemologia moral sempre estaremos deparados com desacordos menos abrangentes, que necessitariam de uma conciliação com perspectivas pluralistas não-cognitivistas. Desta forma, apesar de muitas vezes falarmos de epistemologia moral como um tipo de ciência verificável e inatingível, devemos lembrar que ela, assim como a filosofia analítica, fazem parte de algo maior, e que apesar de a Filosofia, como um todo, ser considerada mãe de todas as ciências, ela não consegue escapar de modificações, contradições, tendo que recorrer atualmente ao debate dogmatista *versus* empirista, que vise uma ampliação teórica e que dê espaço ao pluralismo, fugindo de uma busca socrática da verdade universal una.

## Referências Bibliográficas:

RYLE, Gilbert. **Knowing How and Knowing That: The Presidential Address.** In: Proceedings of the Aristotelian Society, New Series, vol. 46 (1945 – 1946), pp. 1-16. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/4544405?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/4544405?seq=1#page_scan_tab_contents).

CHAGAS, Flávia Carvalho. **Pluralismo para Além do Ceticismo: O Problema da Justificação Moral.** Princípios – Revista de Filosofia. Natal, v. 23, n. 41, p. 11-31. Maio-Agosto de 2016. ISSN 1983-2109. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/10131/pdf>. Acesso em: 27 de Maio. 2017.

KOSGAARD, Christine. **Sobre a Justificação de Normas Morais: Realismo e Construtivismo na Filosofia Moral do Século XX.** In: A Filosofia Prática de Kant: Ensaios. Pelotas: NEPFIL Online, 2014. Disponível em: <http://nepfil.ufpel.edu.br/publicacoes/1-a-filosofia-pratica-de-kant.pdf>.

\_\_\_\_\_. **The Sources of Normativity.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.